

REFORMA AGRÁRIA, AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE

FEITOSA, Antônio Maurílio Alencar*

ZUBA, Janete Aparecida Gomes**

BARBOSA, Rômulo Soares***

Resumo: O presente trabalho procura analisar as relações entre reforma agrária e agricultura familiar para a promoção da sustentabilidade no campo. Trata-se de um ensaio que objetiva a aproximação de temáticas que são centrais no debate sobre o desenvolvimento rural. Assim, buscou-se refletir sobre a problemática da sustentabilidade, de alternativas de desenvolvimento: ecodesenvolvimento, desenvolvimento humano e o desenvolvimento sustentável, caracterizando aspectos históricos e políticos dos momentos nos quais esses modelos emergem. Nessa abordagem, a reforma agrária baseada na agricultura familiar e na agroecologia, surge como perspectiva de construção de referências empíricas que possam vir a ilustrar possibilidades de produção de arranjos societários fundados nos princípios da sustentabilidade e da distribuição de riqueza.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Agricultura Familiar; Sustentabilidade

Introdução

A possibilidade de inospitalidade à vida humana na biosfera terrestre, decorrente dos processos de degradação ambiental, bem como, as desigualdades sócio-econômicas crescentes entre as nações e mesmo entre camadas sociais dentro das nações, apontam como dois dos principais problemas que a humanidade se depara (PÁDUA,

* Prof. do Depto de Geociências da UNIMONTES. e-mail: pyfma4@uai.com.br

** Mestranda em Geografia – IG/UFU. Prof^a. do Depto de Geociências da UNIMONTES. e-mail: janezuba@terra.com.br

*** Sociólogo, Doutorando em Desenvolvimento e Agricultura – CPDA/UFRJ. Prof. do Depto de Ciências Sociais da UNIMONTES. e-mail: romulo.barbosa@unimontes.br

2000; ALTVATER, 1995). Tal problemática é consequência da forma como a sociedade mundial organiza a produção da sua vida, na medida em que essa organização coloca em xeque a possibilidade de sobrevivência humana no planeta.

Nesse contexto, ganham relevo os estudos sobre a necessidade de compatibilizar desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade ambiental, ou nos termos do *Relatório Brundtland*, de gestão de processos que garantam a satisfação das necessidades presentes sem colocar em risco a chance das futuras gerações realizarem as suas.

Há por um lado, as discussões centradas na necessidade de internalização de custos ambientais à lógica do sistema capitalista, e por outro, discussões que preconizam a necessidade de se constituir novas referências civilizatórias, alterações no padrão de produção e consumo dos países centrais, que conforme Furtado ([1974], 1996) estes se configuram como não universalizáveis.

Tanto a crítica do processo de capitalização da natureza (LEFF, 1998; STAHEL, 1998; ACSELRAD, 1998), quanto as noções do ecodesenvolvimento (SACHS, 1986) ou do desenvolvimento em escala humana (MAX-NEEF, 1986), apontam elementos iluminadores das análises de processos sociais que podem ou não estar indicando caminhos rumo ao enfrentamento da degradação ambiental.

Entram em cena e tomam destaque, tanto acadêmico quanto sócio-político, os estudos sobre a importância estratégica da agricultura familiar para o desenvolvimento rural brasileiro, bem como, seu desempenho sócio-econômico em comparação com a agricultura patronal (VEIGA, 2000, 2000a; ABRAMOVAY, 2000; BITENCOURT, 2000).

Os impactos sócio-econômicos do processo de reforma agrária brasileiro vem corroborando a tese da importância do reordenamento fundiário baseado na agricultura familiar. (LEITE *et al.* 2004; LEITE, 1994, 2000; MEDEIROS e ESTERCI, 1994; GUANZIROLI, 1994). Nas discussões sobre os efeitos ambientais da modernização agrícola brasileira e da necessidade de mudanças no padrão técnico-produtivo à luz da sustentabilidade agrícola, surge a proposta da agroecologia como referência para a agricultura familiar (DAYRELL, 1998; CORDEIRO *et al.*, 1996; VON DER WEID, 1994).

O processo de reforma agrária enquanto expansão da agricultura familiar e a agroecologia como referência para o desenvolvimento desta agricultura têm constituído um campo importante e fértil para os estudos sobre a problemática sócio-ambiental de nosso tempo. Nesse sentido, o que se propõe neste texto objetivam refletir, à luz da literatura, sobre a sustentabilidade do desenvolvimento rural baseado na promoção da agricultura familiar e da agroecologia.

Ecodesenvolvimento

Para Leff (1998), nos anos 70 com a emergência das discussões sobre a crise ambiental criou-se as condições para que se debatesse a necessidade de frear o crescimento econômico sob pena de um desastre ecológica. Nesse sentido, o crescimento econômico era incompatível com a conservação dos recursos naturais. Havia uma contradição entre meio ambiente e crescimento econômico. Surge daí as estratégias do ecodesenvolvimento para o enfrentamento dessa contradição. Nessa perspectiva, havia a possibilidade de construção de uma nova ordem social, ou seja, tinham “las posibilidades de desconstruir el orden económico antiecológico y de transitar hacia un nuevo orden social, guiado por los principios de sustentabilidad ecológica, democracia participativa y racionalidad ambiental” (LEFF, 1998: 1).

É Ignacy Sachs o principal formulador da proposta do ecodesenvolvimento que preconiza a necessidade do desenvolvimento de tecnologias ecológicas pelos países do terceiro mundo, objetivando tanto a construção de um novo paradigma de desenvolvimento em bases sustentáveis e com outros princípios societários, quanto a emancipação da dependência tecnológica, rumo a um padrão de desenvolvimento endógeno, fundado na capacidade de autogestão dos povos do lugar (SACHS, 1986).

Nos termos do autor:

O ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo. Opera, portanto, com critérios de progresso relativizados a cada caso, aí desempenhando papel importante a adaptação ao meio postulada pelos antropólogos. Sem negar a importância dos intercâmbios, o ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas. Em vez de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e de lhes dar soluções originais, ainda que se inspirando em experiências alheias. Reagindo contra as transferências passivas e os espírito de imitação, põe em destaque a autoconfiança, resistindo a um ecologismo exagerado, sugere, ao contrário a constante possibilidade de um esforço criador para o aproveitamento da margem de liberdade oferecida pelo meio, por maiores que sejam as restrições climáticas e naturais. A diversidade das culturas e das realizações humanas obtidas em meios naturais comparáveis são testemunhos eloqüentes desta possibilidade. Mas o sucesso pressupõe o conhecimento do meio e a vontade de atingir um equilíbrio durável entre o homem e a natureza (SACHS, 1986: 18).

Nesse sentido, o ecodesenvolvimento implica não somente a alteração tecnológica dos fatores de produção, mas também uma mudança nas estratégias/relações de poder frente aos processos de apropriação da natureza (LEFF, 1997).

Desenvolvimento em Escala Humana

O Desenvolvimento em Escala Humana é orientado pra uma adequação das necessidades humanas, com geração crescente de autodependência. Seu principal formulador é Manfred Max-Neef. Nessa perspectiva, o desenvolvimento se refere às pessoas e não aos objetos. Aponta para o aprofundamento da democracia, ou seja, a articulação da democracia política com a participação social. Procura combinar processos de desconcentração econômica, descentralização política, fortalecimento de instituições democráticas e autonomia crescente dos movimentos sociais emergentes e conciliar participação com heterogeneidade (MAX-NEEF, 1986).

A autodependência é uma interdependência horizontal e não um isolamento das nações, regiões, comunidades locais ou culturas. A geração de autodependência se dá através do protagonismo real das pessoas nos distintos espaços e âmbitos, que podem impulsionar processos de desenvolvimento com efeitos sinérgicos para satisfação das necessidades. Por exemplo: romper com a pauta de consumo dos países ricos exportam e impõem, reduz dependência cultural e econômica e torna possível um uso mais eficiente dos recursos gerados na periferia, produzindo autodependência. As articulações orgânicas, são articulações do Micro com o Macro, ou seja é a complementariedade entre processos globais e processos microespaciais e não o isolamento entre os dois espaços (MAX-NEEF, 1986).

Para Max-Neef (1986) o melhor processo de desenvolvimento é aquele que permite elevar a qualidade de vida das pessoas. Para ele, a promoção do desenvolvimento envolve a articulação entre as *necessidades humanas*, os *satisfatores* e os *bens econômicos*. As necessidades humanas são existenciais e axiológicas: ser, ter, fazer, estar, subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade. Os satisfatores são as maneiras e meios utilizados para a satisfação das necessidades. Os bens econômicos são os meios pelos quais os sujeitos realizam seus satisfatores para suprir suas necessidades.

Podemos sintetizar o Desenvolvimento em Escala Humana nas seguintes palavras de Max-neef (1986: 60), ele significa “Mobilizar os grupos e comunidades para que possam transformar suas estratégias de sobrevivência em opções de vida, e suas opções de vida em projetos políticos e sociais organicamente articulados no espaço nacional.”

A questão central do Desenvolvimento em Escala Humana reside na necessidade de combinar processos de desconcentração econômica, descentralização política, fortalecimento de instituições democráticas e autonomia crescente dos movimentos sociais emergentes, conciliando participação com heterogeneidade.

Desenvolvimento Sustentável

Conforme Silva (1999), a noção de sustentabilidade ou de desenvolvimento sustentável é herdeira da “onda ecológica” dos anos 60. Neste período, segundo Gonçalves (1989) houve uma proliferação de movimentos que questionavam a “sociedade tecnológica-industrial de consumo” estabelecida, sendo que neste bojo surge e ganha dimensão a questão ambiental.

Georgescu Roegen (1971) mostra os limites físicos do planeta frente a expansão econômico-produtiva em sua obra *A Lei da entropia e o processo econômico*. A percepção entrópica se funda nos postulados da 2ª Lei da Termodinâmica¹. Nos termos de Stahel (1998: 105), a Lei da entropia sustenta que num sistema fechado há uma “tendência à transformação da energia livre ou disponível em energia dissipada ou presa e não mais disponível”. Assim, processos que aceleram a entropia estão acelerando a morte do sistema, na medida em que apressa a indisponibilização de energia.

Nessa perspectiva, o planeta Terra e seus recursos naturais são vistos como um sistema fechado. Conforme Stahel (1998), a Terra também pode ser pensada, em termos energéticos, como um sistema aberto por receber radiação solar e sintetiza-la para a produção de vida na biosfera. Pode também ser considerada um sistema estável, do ponto de vista material, já que a biosfera está constantemente realizando a reciclagem de material. Entretanto, pensa-la como um sistema aberto não invalida a tendência entrópica do sistema, na medida em que o próprio Sol, em última análise, também está sujeito à Lei da Entropia. A questão central é que há processos sócio-econômicos e produtivos que caminham na contramão da reciclagem material e do equilíbrio energético e que conseqüentemente são aceleradores da entropia do sistema. Os processos produtivos que são transformadores de energia livre em energia dissipada, como por exemplo a poluição do ar pelas fábricas, são vistos como processos que geram a degradação do planeta, ou seja, aceleram a entropia do sistema.

Em 1971, ocorre em Founex o encontro preparatório da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano que de seu em 1972, sendo considerada o marco inicial dessa discussão (SILVA, 1999). Segundo este autor, essa Conferência tinha

¹ As Leis da Termodinâmica foram formuladas por R. Clausius em 1865.

como principal questão “encontrar meios para conter a poluição nas suas diversas formas” (SILVA, 1999: 2).

Ainda em 1972, é publicado o relatório *Os Limites do Crescimento*, pelo chamado Clube de Roma, onde se aponta os “limites físicos planetários para o prosseguimento da marcha acumulativa da contaminação, da exploração dos recursos e do crescimento demográfico” (SILVA, 1999: 3). No final dos anos 70 é deflagrado um processo de críticas aos estilos “modernos/ocidentais” de desenvolvimento e também às visões ecológicas biocêntricas e preservacionistas.

Em 1984, constituiu-se a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ligada às Nações Unidas. Esta Comissão tinha como objetivo a realização de estudos referentes a esse tema, sendo que em 1987 é publicado o relatório *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como *Relatório Brundtland*². É a partir desse documento que se populariza a noção de Desenvolvimento Sustentável, por ele definido como um processo que garanta “a satisfação das presentes necessidades e aspirações do homem se que se reduza a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas (WCED, 1987).

No Rio de Janeiro, em 1982, é realizada a ECO-92, onde o relatório *Nosso Futuro Comum* figura como a referência fundamental dos debates oficiais. Em Johannesburgo, em 2002, ocorre a RIO+10, ou seja, uma conferência que teve como objetivo avaliar os encaminhamentos das proposições do evento realizado no Rio de Janeiro dez anos após.

O conceito de desenvolvimento sustentável por ser amplo e rapidamente incorporado pelos discursos oficiais sofre importantes críticas. Conforme Silva (1999: 1) ele funciona como uma espécie de “camisa que veste em todos os corpos”, por ser impreciso e relativamente vago.

Para Viola e Leis (1992) este conceito obteve um reconhecimento que o ecodesenvolvimento não conseguiu. Uma das razões é a sua amplitude que busca o terreno do consenso. Entretanto, se há um consenso quanto à importância de satisfazer as necessidades da geração atual sem impedir que as próximas as satisfaçam, não há consenso quanto às formas e estratégias necessárias e adequadas.

Stahel (1998) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável foi rapidamente assimilado pelo debate ecológico, seja nas instâncias oficiais, seja no movimento ecológico. Porém, não há um mínimo de consenso quanto ao seu significado. Para este autor, o esforço deve ser o de trazer o debate dos termos abstratos para a discussão da sustentabilidade ou não do desenvolvimento capitalista.

² Este termo refere-se a Gro Harlem Brundtland, norueguesa então Presidente da Comissão.

Nesse sentido, os mecanismos de mercado surgem como os meios eficazes para a incorporação dos recursos ecológicos ao processo de crescimento econômico. Dessa maneira, os problemas ecológicos não seriam derivados da lógica da acumulação capitalista, e sim, do fato de não ser imputado aos recursos ambientais e bens comuns, direitos de propriedade e preço. Realizando isso, o mercado se encarregaria de ajustar os custos ecológicos do processo de acumulação capitalista na perspectiva da equidade e da gestão racional do ambiente (LEFF, 1998).

Ganha força, a partir dos anos 90, a perspectiva da internalização de custos ambientais. Para Leff (1998: 2), para realizar tal proeza, o discurso neoliberal se funda numa dupla operação: por um lado, tenta-se incorporar os “custos ambientais do progresso”, e por outro, realizam um “cálculo de significação” que recodifica o homem, a natureza e a cultura em capital.

Trata-se de tentar imputar uma lógica quantitativa à valores qualitativos, ou seja, a crença de que:

Os efeitos qualitativos que acompanham e decorrem do processo econômico e que passam a por em risco o equilíbrio vital para a sustentabilidade deste mesmo processo possam ser de tal modo reduzidos a um valor monetário, mediante a aplicação de impostos, regulamentações, etc. (STAHHEL, 1998: 109).

Dessa maneira, o debate da sustentabilidade ao não ir fundo na discussão sobre o mercado, que é a base do sistema capitalista, e ao acreditar que se pode conseguir o desenvolvimento sustentável através dos mecanismos de mercado, passa a crer na solução via “mão invisível”.

Além da dificuldade ou impossibilidade de se computar os efeitos do desenvolvimento sobre o meio ambiente, existe uma característica inerente ao funcionamento do sistema capitalista em descompasso com a biosfera: o tempo. O tempo da biosfera está adaptado aos processos biológicos da terra, os ciclos de matéria e energia, cujo equilíbrio é a base da sustentabilidade. A lógica da acumulação capitalista por sua vez, busca acelerar os fluxos de matéria e energia, gerando um enorme descompasso entre os tempos da biosfera e o do desenvolvimento capitalista (STAHHEL, 1998).

Portanto, a busca da sustentabilidade passa pela necessidade de adequação do tempo histórico ou social ao tempo da biosfera. Ou seja, a construção de processos produtivos poupadores de energia e incorporadores da reciclagem, que levem a não acelerar a entropia do sistema Planeta Terra.

Acsegrad (1998) afirma que os estudos sobre a internalização de custos ambientais enfrentam duas dificuldades básicas que residem em como quantificar os custos ambientais e em como incorá-los à dinâmica produtiva e institucional. Para esse

autor, a ação humana sobre o meio ambiente não pode ser considerada a partir da lógica de empreendimentos individuais privados ou da esfera das mercadorias. Isso porque a sustentabilidade global não é igual à soma de “intervenções sustentáveis” da multiplicidade de agentes econômicos.

Dessa maneira, a questão da sustentabilidade é objeto do âmbito político, na medida em que “o equilíbrio dos ecossistemas se constitui como um bem público que só poderia ser regulado na esfera política, à luz do interesse coletivo, caracterizado por processos democráticos de legitimação” (ACSELRAD, 1998: 131).

Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Agroecologia

Historicamente, a modernização do campo brasileiro, denominada conservadora, foi pautada pelo amplo investimento na agricultura patronal e na articulação do capital financeiro com a grande propriedade rural, sobretudo, para a constituição dos CAI-Complexos Agroindustriais (DELGADO, 1985).

As políticas de desenvolvimento voltadas para a modernização da agricultura no Brasil nas últimas décadas, baseadas na introdução de tecnologias agroquímicas e mecanização tiveram como principais resultados sócio-ambientais: o êxodo rural, o empobrecimento das populações do campo e a degradação ambiental, com a contaminação, salinização e erosão dos solos, desmatamentos, assoreamento de cursos d'água, dentre outros.

A questão agrária no Brasil remota, pelo menos, a 1850 quando da instituição da Lei de Terras e em 1854 com o decreto que regulamentou o mercado de terras no país. Na primeira metade do século XX até o golpe de 1964 as lutas sociais rurais tiveram como tema central a problemática da reforma agrária no bojo das discussões sobre as reformas necessárias a modernização do país ou da solução dos problemas do campo. O Estatuto da Terra³ redefine o direito de propriedade no Brasil. De acordo com Leite et al. (2004, p.38), com o Estatuto da Terra tornou-se “juridicamente possível” a intervenção sistemática na distribuição da propriedade, ainda que esta não tenha se tornado uma prática efetiva. Além disso, foi criada uma tipologia de classificação dos imóveis rurais objetivando a definição de critérios para tais intervenções, conforme a seguir: a) latifúndio por dimensão; b) latifúndio por exploração; c) minifúndio; d) empresa rural; e) propriedade familiar. Também foram definidas “áreas prioritárias de reforma agrária” e a áreas passíveis de desapropriação por interesse social, indenizadas com títulos da dívida pública, que posteriormente vieram a ser conhecidos como TDA's ou Títulos da Dívida Agrária.

³ Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964.

No início dos anos 80 os estudos sobre os assentamentos rurais debatendo a questão agrária entram novamente em pauta. Uma parte dos estudos discutia a importância da reestruturação fundiária para a solução de problemas socio-econômicos e políticos. Outra parte, em contraponto, afirmava que o setor agro brasileiro era moderno e industrializado e cumpria o seu papel de fornecimento de alimentos e matérias-primas, sendo desnecessária a discussão sobre o reordenamento fundiário com vetor importante no processo de desenvolvimento econômico do país. Nos anos 90 ocorre uma ampliação dos estudos sobre os assentamentos rurais, tendo como uma das perspectivas importantes a discussão da viabilidade econômica, dos efeitos políticos e da melhoria das condições de vida das populações assentadas (MEDEIROS; ESTERCI, 1994).

Os assentamentos rurais compreendidos dentro de um processo de reestruturação fundiária, tem se revelado instrumento fundamental para o desenvolvimento rural brasileiro. Para além dos impactos sócio-econômicos da unidade produtiva, os assentamentos potencializam, nas regiões onde estes são instalados, uma “nova dinâmica de demandas (saúde, educação, transporte, apoio à produção, etc.)”, também fomentam a participação social, na medida em que se constituem associações de assentados, sobretudo em locais onde esta é “uma prática política por vezes desconhecida” (LEITE, 2000: 46).

Deve-se destacar a capacidade dos assentamentos rurais de geração de emprego e renda e de melhoria das condições de vida, com maior eficácia do que outras alternativas existentes no campo ou nas cidades. Ainda, conforme Leite (1994), o custo para o assentamento de uma família é inferior ao custo para a criação de empregos em outras áreas da economia. (LEITE, 2000: 46)

O estudo *Impactos dos Assentamentos*, publicado em 2004, analisou os efeitos sócio-econômicos dos assentamentos rurais em 09 estados brasileiros, totalizando 92 assentamentos e cerca de 15000 famílias entrevistadas. Foram produzidas informações importantes para a discussão sobre a estratégia de promoção da reforma agrária como mecanismo de desenvolvimento rural (LEITE *et al.*, 2004).

A área média dos lotes nos assentamentos é de 35,5 hectares. A assistência técnica recebida foi considerada freqüente por apenas 55% dos entrevistados. O valor médio do crédito rural recebido por família no ano agrícola foi de R\$ 2.214,45. A renda média bruta familiar mensal gerada foi de R\$ 312,42 no ano de 1999, cerca de 2,3 salários mínimos, que naquele ano era de R\$ 136,00 (LEITE *et al.*, 2004). Essas informações permitem afirmar que os assentados da reforma agrária no Brasil num quadro de restrições, área disponível, assistência técnica, crédito, dentro outras⁴,

⁴ Ver no estudo, por exemplo, a situação referente a infra-estrutura coletiva, estradas, escolas, etc.

conseguiram produzir um rendimento familiar expressivo, dinamizando a agricultura desses locais.

A análise do processo de assentamento de agricultores sem terra no Brasil deve ter como elementos fundamentais as possibilidades de melhoria da qualidade de vida das populações via ampliação do acesso aos recursos materiais e do desenvolvimento econômico, social e ambiental.

De acordo com Stiglitz (2000) os processos de distribuição de terras que visam reduzir a desigualdade ou caminhar nos trilhos da promoção da equidade são geradores de eficiência para a economia como um todo. Para Veiga (2000) os programas de assentamentos rurais assumem o papel de vetor de expansão agrícola, devendo ser estes a base de um novo modelo de desenvolvimento rural brasileiro.

A Promoção da Agricultura familiar

O conceito agricultura familiar⁵ tratado neste trabalho esta referenciado na definição de (RIBEIRO, 1996), a saber: um tipo de agricultura caracterizada pela propriedade/posse dos meios de produção associada ao trabalho familiar; produção destinada ao auto-abastecimento, com algum nível de intercâmbio com o mercado; dificuldade de distinção dos retornos referentes à terra, trabalho e capital; etc.

A partir dos anos 1990, entra de forma protagônica na agenda política e social, a importância da agricultura familiar nas estratégias de desenvolvimento rural do país, sobretudo, através da expressão da sociedade civil (vide os sucessivos GRITO DA TERRA⁶, etc.).

As discussões sobre a necessidade de se formatar uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil, impulsionando a agricultura familiar como geradora de emprego e renda e sobretudo na manutenção das populações rurais em seus locais de origem, tem se tornado central nos debates políticos, sociais e teóricos⁹.

A transformação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária em Ministério do Desenvolvimento Agrário, passando a abrigar um conjunto de políticas destinadas à

⁵ O conceito de agricultura familiar é produto de um debate amplo e controverso, para aprofundar na discussão confira: Lovisoló (1989); Lamarche (1993); Abramovay (1992); dentro outros.

⁶ Manifestação de trabalhadores rurais organizada anualmente pela CONTAG-Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

⁷ Há um grande esforço teórico e político centralizado no Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento-NEAD, capitaneado por José Eli da Veiga, atual Secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável-CNDRS. (Cf. VEIGA, 2001; VON DER WEID, 2001; SILVA, 2001, ABRAMOVAY, 2000 & 2000a).

agricultura familiar, sobretudo o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, convivendo com o Ministério da Agricultura e Abastecimento, que comporta ações voltadas para a agricultura patronal, os complexos agroindustriais, etc [...] aponta para a existência de visões ou modelos de desenvolvimento rural em confronto ou em disputa no seio do Governo Federal.

As discussões sobre a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural e o comparativo relacional com a agricultura patronal ganham relevo a partir do debate sobre o desenvolvimento sustentável, necessidade de geração de emprego e renda, a segurança alimentar e o desenvolvimento local. Nesse cenário, as políticas de reforma agrária e de crédito para a agricultura familiar, “refletem e alimentam” o debate na sociedade (BITTENCOURT *et al.*, 2000).

A Agroecologia

A agricultura é um sistema de produção de alimentos, que, segundo Sanoja (citado por CHONCHOL, 1994) articula três componentes: a) ambiental ou ecológico, b) tecnológico, e c) econômico e social. Sendo que: a) consiste na base física, solos, vegetação, clima, relevo, fauna, etc.; b) instrumentos e meios de produção, técnicas e métodos; e c) formas de organização social da produção, distribuição e consumo, tipos de relação com a terra e entre os membros do grupo, entre outros (CHONCHOL, 1994).

De acordo com Altieri, (citado por DAYRELL, 1998: 24), é crescente no meio científico a crença na necessidade de reorientação dos sistemas de produção rurais “em modelos ecologicamente factíveis no uso dos recursos naturais e que consigam dar conta da problemática social e econômica no interior do universo rural-urbano”. Entretanto, segundo este autor, tem-se predominado o enfoque tecnológico, ou seja, há por um lado a ênfase na biotecnologia, no desenvolvimento de organismos geneticamente modificados, e por outro, destaca-se uma “agricultura de substituição de insumos agroquímicos, caros e tóxicos, por insumos alternativos (biofertilizantes e biopesticidas) mais benignos ambientalmente”.

Entretanto, estes enfoques não enfrentam o núcleo da problemática sócio-ambiental da agricultura, “uma vez que não se atentam às bases sociais e ecológicas da instabilidade da agricultura moderna”. São enfoques reducionistas, na medida em que vêem a produção rural apenas como um “empreendimento empresarial de caráter eminentemente tecnológico” (DAYRELL, 1998: 24).

Os sistemas agrícolas são produtos culturais e os fatores determinantes da agricultura não terminam nos limites do campo, sendo que as estratégias agrícolas não só respondem às pressões bióticas e de pro-

cesso de cultivo, como também refletem estratégias de subsistência e condições econômicas dos agricultores (HETCH, 1993 *apud* DAYRELL, 1998: 24).

Pode-se entender a agroecologia, segundo Ehlers (1996: 116) como “um paradigma científico capaz de guiar a estratégia de desenvolvimento rural sustentável, já que estuda os sistemas agrícolas desde uma perspectiva ecológica e sócio-econômica”.

Conforme Won der Weid (1994) a agroecologia deve ser compreendida como uma ciência baseada “na aplicação das leis da ecologia aos sistemas de produção agrícola, a qual busca harmonizar atividades produtivas e meio ambiente”.

A agroecologia é um sistema que busca harmonizar o equilíbrio dos processos e ciclos ecológicos com a produção agrícola, na perspectiva da construção de estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural.

Considerações Finais

As discussões sobre a sustentabilidade se inserem num terreno amplo e controverso. A noção de desenvolvimento sustentável torna-se hegemônica entrando nas agendas oficiais internacionais. Entretanto, torna-se fundamental não mais indagar sobre ser a favor ou contra a sustentabilidade do desenvolvimento, mas de qual sustentabilidade determinado ator social está falando. Necessariamente, trata-se de um debate de concepções, de disputas sobre formas e estratégias de sua promoção.

Os processos de reordenamento fundiário através dos assentamentos rurais promovidos pelo Estado brasileiro devem ser analisados não apenas em termos de seus efeitos sócio-econômicos, de inclusão social, mas, fundamentalmente, da possibilidade de fomento a agricultura familiar.

Nesse sentido, atividades que promovem processos produtivos fundados nos princípios da agroecologia em áreas de assentamentos rurais indicam a possibilidade de construção de um novo referencial agrícola, que caminha na direção de uma concepção de sustentabilidade, necessariamente, em disputa.

Há experiências sendo desenvolvidas que minimizam ou eliminam determinados impactos, e garantem a reprodução sócio-econômica e cultural das populações. Pode-se destacar o trabalho de Organizações Não Governamentais, pertencentes à chamada Rede-PTA, que trata-se de mais de 30 instituições espalhadas pelo Brasil, derivadas, na maioria, de projetos locais de Tecnologias Alternativas, que se desdobram em ações de fortalecimento da agroecologia e agricultura familiar, na perspectiva da sustentabilidade ecológica dos agroecossistemas e da reprodução de suas populações.

Nos Gerais de Minas não é diferente, pode-se destacar o trabalho desenvolvido pelo Centro de Agricultura Alternativa, que trava uma verdadeira batalha, na construção de referências agroecológicas fundadas numa outra relação entre o homem e natureza, onde a lógica da sustentabilidade cresce em reconhecimento e credibilidade, enfrentando a perspectiva dos mega-projetos de reflorestamento, pecuária extensiva, agricultura irrigada.

Portanto, a reforma agrária, através dos programas de assentamentos rurais, pode contribuir de forma decisiva para o reordenamento fundiário com vistas à ampliação do número de estabelecimentos rurais e de fortalecimento da agricultura e do conjunto das atividades rurais. Assim, além da democratização do acesso à terra, as experiências de reforma agrária brasileira pode engendrar, também, padrões produtivos sustentáveis procurando costurar a necessidade de desenvolvimento econômico do setor agro com a perspectiva da sustentabilidade.

Abstract: This paper to analyze the relation between the agrarian reform and the family agriculture to promote sustainability in the countryside. It's an essay aiming the approximation of themes, which are central in the debate concerning the rural development. Thus, there was an effort to reflect about the problem of sustainability, or development alternatives: ecodesvelopment, human development and the sustainable development, characterizing historical and political issues of the moment, these models emerge. In this approach the agrarian reform based on the family agriculture and in the agroecology, emerges as a perspective of construct of empiric references, which may illustrate possibilities of societary arrangement, grounded in the sustainability principles of the richness distribution.

Keys-word: Agrarian Reform; Family Agriculture; Sustainability.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: UNICAMP, 1992.

BITTENCOURT, G. *et al. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: NEAD, 2000.

CHONCHOL, Jacques. *Sistemas Agrários em América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: la contribución de la agroecología e de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas*. Espanha: Universidad Internacional de Andalucía, 1998.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Editora Contexto, 1989. Cap. II – O contexto histórico-cultural de onde emerge o movimento ecológico. Cap. III – Lutas Sociais, Lutas Ecológicas.

LEITE, Sérgio P. Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: NEAD. *Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: NEAD, 2000.

_____. Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infraestrutura nos assentamentos rurais paulistas. In: MEDEIROS, L. S. *et al.* (Orgs.) *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

MAX-NEEF, Manfred, *et al.*. Desarrollo a Escala Humana: una opción para el futuro. In *Development Dialogue*, número especial. Santiago – Chile: Cepaur/Fundación Dag Hammarsköld, 1986.

MEDEIROS, Leonilde S. de; ESTERCI, Neide. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

PÁDUA, José Augusto. *Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário*. Rio de Janeiro: FASE, 2000. (Série Cadernos de Debate, n.6)

SILVA, Carlos Eduardo M. Desenvolvimento e Sustentabilidade: o caso do sertão norte-mineiro. In: DAYRELL, C. A; LUZ, C. (Orgs.). *Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade*. Montes Claros: CAA-NM/REDE CERRADO, 2000.

STAHEL, Andri W. Capitalismo e Entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

STIGLITZ, Joseph. Distribuição, Eficiência e Voz: Elaborando a Segunda Geração de Reformas, In: NEAD. *Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico*. Brasília: MDA/NEAD, 2000.

VEIGA, José Eli da. Pobreza Rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira. In: NEAD. *Distribuição de riqueza e crescimento econômico*. Brasília: NEAD, 2000.

VIOLA, Eduardo J.; LEIS Hector R. O Ambientalismo Multissetorial no Brasil para Além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, Eduardo J. *et al.* (Orgs.) *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

